

Sem acordo entre União e concessionária, Viracopos relicitado, define TCU

Luiz Felipe Leite
luiz.lete@rcp.com.br

O presidente do Tribunal de Contas da União (TCU), ministro Bruno Dantas, arquivou o processo que buscava uma solução consensual para a possibilidade de recuperação e reestruturação do contrato de concessão do Aeroporto Internacional de Viracopos. O despacho, assinado no último dia 30 de outubro, significa que haverá uma nova licitação para a gestão do maior terminal de cargas e um dos principais em transporte de passageiros do país, conforme antecipado pelo **Correio Popular** em 8 de outubro.

Viracopos é o maior terminal de cargas do Brasil

Segundo a decisão do presidente do TCU, não houve acordo entre as partes que participaram das discussões, entre elas o Ministério de Portos e Aeroportos, a Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) e a Aeroportos Brasil Viracopos (ABV), atual concessionária do terminal aéreo. Bruno Dantas se baseou no parágrafo 5º do artigo 7º da Instrução Normativa TCU 91/2022. Como não foi possível elaborar uma proposta de solução consensual, o processo foi arquivado, conforme a norma que consta no parágrafo citado. O vencimento aconteceu no último dia 1º de outubro.

Com o fracasso das negociações intermediadas pelo Tribunal de Contas da União, e em paralelo à relicitação, foi retomado em 1º de novembro o processo de arbitragem na Corte Internacional de Arbitragem da Câmara de Comércio Internacional (CCI), suspenso durante a tentativa de acordo. Esta etapa envolve a definição de direitos e deveres das partes envolvidas, Anac e ABV, que devem apresentar suas reivindicações, documentação comprobatória e, possivelmente, realizar auditorias externas para análise dos valores pleiteados. Não há prazo definido para a conclusão dessa fase, e a falta de consenso pode resultar em uma disputa judicial. Há uma cláusula de confidencialidade quanto ao processo de arbitragem, impedindo as partes interessadas de se manifestarem formalmente sobre o assunto.

REAÇÕES

O prefeito de Jaguariúna e presidente do Conselho de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Campinas (RMC), Gustavo Reis (MDB), afirmou que é essencial garantir a continuidade das operações e possibilitar novos investimentos para que Viracopos mantenha sua posição de destaque e proporcione mais oportunidades de negócios, empregos e inovação. "Como presidente do Conselho de Desenvolvimento da RMC, reforço nosso compromisso em colaborar com os novos concessionários e com o Governo Federal para que esse processo de transição ocorra de maneira eficiente e sustentável, objetivando o benefício de todos os nossos municípios e da população", comentou.

Gustavo Reis analisou que a RMC possui um papel de liderança na economia nacional, e o sucesso de Viracopos é, portanto, o sucesso de milhares de empresas e trabalhadores que dependem direta e indiretamente desse hub. "Estamos confiantes de que a relicitação trará uma gestão ainda mais sólida e preparada para os desafios atuais e futuros, assegurando que Viracopos permaneça como um vetor de desenvolvimento para Campinas e para todo o Brasil".

O prefeito de Campinas, Diário Saadi, também se manifestou sobre o tema. "A Prefeitura está acompanhando de perto a questão do Aeroporto de Viracopos através de contato direto com o Ministério dos Portos e Aeroportos. Acreditamos que o processo de relicitação não afetará a região do ponto de vista econômico nem logístico porque o número de passageiros e volume de carga vem se mantendo em níveis crescentes. O Aeroporto é fundamental no aspecto econômico e logístico para a cidade", disse o prefeito de Campinas, Diário Saadi.

José Henrique Toledo Corrêa é diretor titular do Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (Ciesp) na região de Campinas. Ele foi avisado sobre o fracasso das negociações intermediadas pelo TCU na manhã de ontem, dia 7. O empresário afirmou que con-



Aeroporto Brasil Viracopos solicita a devolução do maior terminal de cargas do Brasil à União em 2020, alegando descumprimento contratual pelo Governo Federal, mas recusa a decisão e tentava acordo, desde agosto de 2023, para continuar operando o aeroporto

NEGOCIAÇÃO FRACASSADA

Sem solução consensual para impasse, Aeroporto de Viracopos será relicitado

Tribunal de Contas da União arquivou o processo que buscava um acordo para manter a atual concessionária, ABV, comandando o terminal



Viracopos é um dos principais aeroportos em passageiros do país; de acordo com o prefeito de Campinas, Diário Saadi, ele é fundamental para a cidade no aspecto econômico e logístico

fiou no profissionalismo da diretoria da Aeroportos Brasil Viracopos, mas se preocupa com uma possível queda na qualidade dos serviços prestados pela concessionária do terminal. "Apesar dos temores, acredito que o contrato será honrado em sua íntegra até o final da concessão. Viracopos é, junto do Aeroporto de Guarulhos, a porta de entrada do Brasil para os transportes aéreos de carga. Ou seja, é um modal muito importante para todo o país", explicou.

O diretor titular do Ciesp na região de Campinas ressaltou que muitas empresas, de vários ramos, dependem da logística proporcionada pelo terminal localizado na cidade mais populosa do interior do Brasil. "Empresas grandes estão aqui, muitas delas nos seg-

mentos de alta tecnologia e de valor agregado. Muitas delas também integram o Ciesp, que sempre demonstrou apoio para a manutenção da concessão com a Aeroportos Brasil Viracopos. De qualquer maneira, é importante ressaltar que esse terminal aéreo é fundamental para o desenvolvimento do Brasil. Independentemente de quem futuramente assumir a concessão."

DIPASSE

Havia o desejo da Aeroportos Brasil Viracopos em seguir à frente da concessão, cujo prazo original era de 30 anos. Porém, antes, em 2020, a empresa solicitou a devolução do terminal à União, alegando descumprimento contratual pelo Governo Federal, o que teria comprometido o equilíbrio econômico-financeiro

do empreendimento. Na época, o prazo para a relicitação era de 48 meses. No entanto, a atual concessionária recusa dessa decisão e, em agosto de 2023, formalizou a solicitação para continuar operando o aeroporto de Campinas.

Uma das principais divergências entre a ABV e o Governo Federal refere-se à indenização pelos investimentos realizados pela concessionária em Viracopos. No Relatório da Administração Exercício 2023, apresentado em março, a concessionária reivindicou um ressarcimento de aproximadamente R\$ 4 bilhões, valor que, segundo a empresa, seria suficiente para quitar o montante devido ao poder concedente.

A Agência Nacional de Aviação Civil, responsável pela regulação e fiscalização da aviação civil e infraestrutura aeroportuária no Brasil, estimou que a relicitação do aeroporto de Campinas poderia resultar em um prejuízo de R\$ 3,1 bilhões. Esse valor representa quase metade dos R\$ 6,4 bilhões referentes à relicitação de diversos aeroportos no país.

A ANAC assumiu a operação do terminal em julho de 2012 e afirmou que o Governo Federal não entregou a área aeroportuária de 27 quilômetros quadrados prevista na licitação, inviabilizando projetos que aumentariam a receita, como a construção de um hotel, centro de convenções, edifícios comerciais e uma universidade. Atualmente, Viracopos ocupa cerca de um terço dessa área. Por outro lado, a Anac alegou que a concessionária não cumpriu o cronograma de obras e deturpou de realizar repasses financeiros previstos em contrato.

POSICÕES

A reportagem pediu uma entrevista com a Aeroportos Brasil Viracopos, mas foi enviada uma nota publicada pela Triunfo Participações e Investimentos S.A (TPI), maior acionista da concessionária. Trata-se de um comunicado ao mercado, assinado em 1º de novembro. Nelo, o diretor de Relações com Investidores da Triunfo, Roberto Sobelid da Costa de Carvalho, afirmou que não houve acordo na tentativa de intermediação feita pelo TCU para a pacificação de "controvérsias em torno do contrato de concessão do Aeroporto de Viracopos, bem como para a prevenção de novos litígios, inclusive mediante repactuação de condições contratuais, como alternativa ao processo de relicitação".

Ainda de acordo com Costa de Carvalho, com o encerramento das negociações, foi retomada a arbitragem em vigor, até então suspensa, que trata de reequilíbrios contratuais relacionados à concessão. "Por fim, a concessionária reafirma seu compromisso com a continuidade da prestação de serviços, objeto da concessão, nos elevados padrões de qualidade já reconhecidos ao longo dos 12 anos de vigência do contrato pelos usuários como pela própria Anac", completou.

O **Correio Popular** pediu uma manifestação oficial da Agência Nacional de Aviação Civil e do Ministério de Portos e Aeroportos a respeito do despacho do Tribunal de Contas da União e da relicitação do Aeroporto Internacional de Viracopos, mas não houve retorno até o fechamento desta edição.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Correio Popular - Campinas/SP

Seção: Cidades Caderno: A Pagina: 4